

CALDEIRA, ARLINDO MANUEL, 2024. *O APELO DA LIBERDADE: RESISTÊNCIA DOS AFRICANOS À ESCRAVIDÃO NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA PORTUGUESA (SÉCULOS XV A XIX)*. ALFRAGIDE: CASA DAS LETRAS. 428 PP. ISBN 978-989-662-009-7

TIAGO MOURA GONÇALVES*

A história do tráfico de escravos é uma área de estudo muitíssimo em voga que recebeu com este livro um importante contributo. O enfoque que o autor dirige à ideia de resistência à escravidão não é, na verdade, uma ideia totalmente nova, ainda assim relativamente recente na sua formulação teórica. A esse respeito, importa reconhecer o papel desempenhado pelo projeto *RESISTANCE: Rebellion and resistance in the Iberian empires, 16th-19th centuries*, coordenado pela Professora Doutora Mafalda Soares da Cunha (Universidade de Évora), na identificação de focos de resistência de escravizados à escala global. Os estudos que decorreram deste projeto, e que o presente livro aí se pode integrar, uma vez que o seu autor a ele pertenceu, procuraram reinterpretar a esfera do «dominado» através da sua agência (a designada visão do «outro») em vez de a olhar em função do «dominador». *O apelo da liberdade* é, nesse seguimento, uma obra que rejeita vários pressupostos advogados por uma historiografia «tradicional» no tocante às dinâmicas de subordinação e dominação coloniais, e em particular dos escravizados, criticando aqueles que viram nestes uma total inação, passividade ou conformismo à sua condição. O título afigura-se, portanto, sugestivo e coaduna-se com o conteúdo da obra.

O Doutor Arlindo Caldeira, investigador do Centro de Humanidades da Universidade NOVA de Lisboa, publicou sobre o mesmo tema, ainda que sob outras perspetivas e para

outras geografias (o caso da configuração europeia do reino, vulgo metrópole), outras obras. Refira-se, a pretexto, as obras *Escravos e traficantes no império português: o comércio negreiro português no Atlântico durante os séculos XV a XIX* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013) e *Escravos em Portugal: das origens ao século XIX* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017).

Importa, antes de mais, fazer uma nota em relação à terminologia empregada pelo autor nesta obra, em particular no que se refere aos termos «escravidão» e «escravizado». O primeiro termo refere-se à condição ou estado de um escravo, entendido como uma pessoa privada de liberdade e sujeita a outrem. Em vez do vocábulo «escravatura», que alude por sua vez ao movimento do tráfico de escravos em geral, podendo ainda assim ser entendido como um sinónimo, não me parece totalmente desprovida de sentido a utilização do termo «escravidão», uma vez que este termo tende a acentuar naturalmente as condições de vida de um escravo e a privação da sua liberdade, atendendo assim ao mote da obra que o título em si já avança. Por conseguinte, a palavra «escravizado» ao ser utilizada em vez de «escravo» levanta questões mais sérias. O objetivo da utilização desta primeira é plausível. Justifica-se pelo facto de os primeiros escravos ou escravos de primeira geração, por não nascerem nessa condição, terem sido na prática escravizados, enquanto os de segunda geração, aí sim, serem escravos porque a sua ascendência já o era. Trata-se de

* Mestrando em História (especialização em Época Moderna) na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Email: tiagogoncalves024@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0350-6515>.

um preciosismo. Ainda assim, não me parece útil nem necessária a alteração de vocabulário à medida que a sua significância ou simbolismo se altera na contemporaneidade. Se é utilizado o vocábulo «escravo» na documentação da época porquê alterá-lo? Esta questão merecia uma nota de rodapé para esclarecimento ou uma breve referência na introdução. O mesmo se aplica à vulgarização da ideia de que o escravizado tinha um «estatuto» em vez de uma «condição» ou «estado». Dado o estatuto jurídico do escravizado ser indefinido, ou por vezes inexistente, preferia, a esse respeito, a utilização dos termos atrás referidos. Ainda assim, aceito, quanto a este e ao caso anterior, outras interpretações dos conceitos.

Dividida em onze capítulos, excluindo obviamente a introdução e a conclusão, esta obra é organizada de forma diversa. Nos primeiros dois capítulos, faz-se um contexto histórico da implementação das redes de tráfico transatlânticas e das formas transacionais de escravidão (da pré-colonial à colonial). Nos terceiro e quarto capítulos, impera uma organização temática dedicada a compreender as formas de resistência, e os restantes capítulos, seguiram uma ordem geográfica, apresentando-se dessa forma as especificidades locais da ocorrência do tráfico de escravos.

No primeiro capítulo — *Nos primórdios do tráfico atlântico de escravizados* — o autor explora as origens do surgimento desse tráfico com as iniciativas do infante D. Henrique e as por ele apadrinhadas e financiadas. Recorre para o efeito, e com a precaução devida, às crónicas de Gomes Eanes de Zurara e, pontualmente, a outros escritos de época, designadamente de Alvise Cadamosto, Duarte Pacheco Pereira e João de Barros. Refere-se à evolução das políticas de intervenção no litoral africano por parte do infante e da Coroa. Apesar do empenhamento, e até entusiasmo inicial, numa política de captura de escravizados, isto é, uma estratégia de incursões violentas ao litoral, rapidamente se percebeu, e face ao relativo

insucesso dessas incursões, que a prática comercial com a colaboração ativa das autoridades locais africanas favorecia mais os interesses portugueses. Desse modo, era imperativa a construção de feitorias em toda a costa africana. Estas não só promoviam relações comerciais pacíficas com as elites locais, institucionalizando-as, como protegia os agentes comerciais portugueses, servindo também, *grosso modo*, como uma plataforma para um futuro alargamento da presença portuguesa. Consciente dessa importância, D. João II foi um dos monarcas que mais insistiu na construção de uma rede de feitorias que salvaguardasse os interesses portugueses face à acelerada concorrência internacional. Apesar desses intentos, nem sempre os planos delineados tiveram a concretização no terreno, o caso das feitorias previstas para o Benim, a Senegâmbia e a Serra Leoa.

Do segundo capítulo — *Da escravidão interna africana ao tráfico transatlântico* — ressalta a constatação de que o comércio transaariano e atlântico na Época Moderna «não terá provocado alterações significativas nas modalidades da escravidão interna já existentes» (p. 52). O autor rejeita a ideia, que teve nos etnólogos e antropólogos a sua principal difusão, de que a escravidão pré-colonial era essencialmente «de carácter familiar e paternalista» (p. 52). Dessa forma, segundo Caldeira, o sentido desculpabilizante dessa proposição infantiliza e pouco honra a história dos povos africanos. A relação dos estados, mais ou menos centralizados, então existentes com os portugueses, salda-se por uma grande convergência de interesses, de que os primeiros se tornarão reféns. Refiro-me à conclusão, que o autor chegará mais à frente, de que a entrada de material bélico europeu em África impôs novos equilíbrios locais e regionais, fazendo depender disso a sobrevivência política desses estados, o que só acentuou uma dependência progressiva face aos portugueses. Como se pode depreender, a maior ou menor

exportação de mão de obra escrava variou em função das necessidades de defesa dos estados em relação aos seus vizinhos que também se armavam por via de pactos comerciais de cariz semelhante. Tratava-se, na prática, de um círculo vicioso.

Relativamente ao terceiro capítulo, são enumeradas as formas de resistência de que o escravizado dispunha para se libertar do seu estado. Em primeiro lugar, as formas abertas de resistência, principalmente, as fugas individuais ou coletivas que podiam, não raras vezes, estar na origem de refúgios coletivos, denominados, em função das geografias, de diferentes formas — *mocambos* (São Tomé), *mutolos* ou *ocilombos* (Angola), *aringas* (Moçambique) e *quilombos* (Brasil). Tendeu a imperar todavia a designação brasileira *quilombo*, até pela evolução lexical dos restantes termos. Localizados em regiões do interior, os *quilombos* tinham uma organização política própria cujo funcionamento interno ainda é hoje amplamente desconhecido. As autoridades coloniais tudo fizeram para aniquilar sistematicamente essas comunidades que, atendendo à sua dimensão, conseguiram melhor ou pior resistir a essas tentativas. Outra das formas de resistência «ativa» era as revoltas. Estas na sua maior parte eram espontâneas e localizadas quando eclodem, não existindo uma organização prévia com objetivos bem definidos. Os colonos sempre temeram a união dos escravizados aos negros livres e forros, o que raríssimas vezes sucedeu.

Em segundo lugar, falamos de formas passivas (ou «surdas») de resistência. A mais comum seria o suicídio, seja antes dos embarques nos tumbeiros seja depois, podendo ocorrer em quaisquer outros cenários. Por sua vez, casos de automutilação (corte de mãos ou braços, por exemplo) são recorrentes na documentação. Por fim, a fundação de irmandades e confrarias de «homens pretos», pelas redes de solidariedade que se formam, é também, sustenta Caldeira, uma

das formas de resistência, ainda que não incluída nas anteriores. Seria interessante e oportuno que o autor neste capítulo explorasse melhor o discurso de legitimação da escravidão e/ou o de repúdio à insurreição. O único caso apresentado foi o de Samuel Cartwright, médico do Louisiana, que via em todas as formas de resistência algum tipo de doença ou sinais de uma inferioridade biológica.

Quanto ao quarto capítulo, este aborda as rebeliões no mar a bordo dos tumbeiros e as suas principais motivações. O autor recorre a vastíssima documentação, em particular do Arquivo Histórico Ultramarino, trazendo à colação alguns casos específicos que poderiam iluminar o cenário geral, acautelando sempre as implicações desse exercício. Apesar de os relatos de rebeliões em embarcações portuguesas serem raros antes do século XVIII, isso não significa que não existissem rebeliões, o que o autor reitera de forma assertiva.

No quinto capítulo — *Escravidão e resistência em Cabo Verde* — faz-se um balanço da colonização do arquipélago, como de resto sucede em posteriores capítulos, e desenvolve-se a ligação deste ao comércio de escravizados, bem como as reações da mais variada ordem a esse comércio. Apesar dos estímulos iniciais da Coroa ao desenvolvimento da agricultura e da criação de gado, na verdade, a atividade económica dominante, em particular na ilha de Santiago, até meados do século XVII, foi o comércio de escravizados. O mesmo não sucedeu na ilha do Fogo, a outra ilha habitada, em que se fazia, não exclusivamente, a produção de algodão e a criação de cavalos. Não obstante, a dependência económica das ilhas face ao comércio internacional de escravizados era esmagadora e, quando a sua participação diminuiu drasticamente, «arrastou a Ribeira Grande para a ruína» (p. 131) e acentuou-se a dependência em relação à Guiné. O impacto de fenómenos climáticos extremos, nomeadamente as secas, gerava uma quebra geral da produção

agrícola e situações de fome daí decorrentes. Atendendo à documentação existente, o autor conclui que os períodos de crise foram mais recorrentes no século XVIII do que nos dois séculos anteriores. Poderá tratar-se de uma conclusão precipitada, uma vez que nada indica que isso não seja, à semelhança do sucedido com os tumbeiros, resultado de um vazio documental.

As situações de carência alimentar colocavam os escravizados, em primeiro, e os seus proprietários, em segundo, numa situação delicada. Os escravizados corriam o risco, em última instância, de morrer à fome. Pergunto-me se não haverá casos de escravidão voluntária como o autor refere para outros espaços coloniais. Trata-se de uma particularidade geográfica? Ou rareiam casos desse tipo na documentação? Certamente existiram, mas nenhum caso foi citado. Para os proprietários de escravizados, desejavelmente preferiam vendê-los, mas os valores de mercado não eram convidativos. Mantê-los em sua posse poderia ser ainda mais prejudicial para os próprios, dado que, não havendo géneros alimentares para todos, os escravizados podiam-se amotinar ou rebelar contra o seu senhor, ou até fugir, representando um prejuízo superior à venda. A fuga para os recessos dos picos era uma solução possível, mas nem sempre viável dada a infertilidade dos solos, recorrendo-se, por isso, a roubos aos espaços urbanos do litoral. De influência africana, os fugitivos erigiam casas com planta circular denominadas *funcos*. A criação do cargo de meirinho da serra, em 1534, representa uma resposta das autoridades coloniais a esse movimento.

Em relação ao sexto capítulo, sensivelmente mais curto do que os restantes, há a reter, primeiramente, alguma informação tocante à importância dos *lançados* ou *tangomãos* no povoamento da costa da Guiné e na sua dinamização comercial. O autor tenta definir a certa altura (p. 154) o que considera

ser os *tangomãos*, abarcando nessa definição muitas especificidades e nuances, tornando-se difícil compreender de forma precisa o seu significado. Em todo o caso, compreensivelmente, o significado semântico do vocábulo poderá ter-se alterado com o tempo. Quer fossem cristãos-novos quer homens fugidos à justiça, o que é certo é que inicialmente muitos se tinham instalado como moradores em Cabo Verde, mas mudaram-se rapidamente «com armas e bagagens» (p. 154) para a Guiné. Essa mudança acompanhou, se quisermos, o próprio ritmo da colonização portuguesa. Ora isolados das comunidades africanas ora no seio delas, alguns mantiveram padrões europeus no seu quotidiano, outros «africanizavam os seus comportamentos» (p. 155). Não tardou que a monarquia portuguesa os hostilizasse por variados motivos. Acusados de judaísmo, de africanização, de comércio ilegal com concorrentes europeus ou de não pagamento de impostos, os *tangomãos* foram alvo de extensíssima legislação, entre a qual se refere as Ordenações Manuelinas (1514-1521), que lhes imputava a perda dos seus bens (móveis e de raiz), caso não regresassem às terras de origem.

Quanto às reações das populações ao tráfico internacional de escravizados, temos de atender, como sustenta Caldeira, à diversidade étnica na Guiné. Dos felupes (ou falupos), arriatas (porventura incorporados nos anteriores), balantas, bijagós, beafadas (ou beafares) e mandingas, pouco se sabe a não ser pelos relatos portugueses. Entre estas etnias, os bijagós eram dos mais temidos, pelo que as expedições portuguesas muita dificuldade tiveram em conter a «insubordinação». Ademais, quer estes quer os mandingas escravizavam os prisioneiros das suas incursões armadas e vendiam-nos. Dessa forma, concorriam com os portugueses. Esse aspeto não deixa de ser muito interessante porque desmistifica a ideia, atrás abordada no segundo capítulo, de que os portugueses conseguiram

impor um monopólio no tráfico de escravizados sem grande dificuldade ou hostilização bélica dos nativos, que, por sua vez, estavam familiarizados com formas de escravidão (e escravização) diversas e mais generalizadas do que à partida se acreditava.

No sétimo capítulo — *Ações de resistência na ilha de São Tomé* — é dada atenção, como o próprio título indica, aos mecanismos de oposição dos escravizados em São Tomé, espaço geográfico em que aliás o autor é dos maiores especialistas. Refere-se às fugas por mar como viáveis e, dada a proximidade da costa africana e das ilhas de Ano Bom e Fernando Pó, estas não eram em nada impossíveis, sendo o acesso a uma embarcação uma das etapas do processo de fuga, de que se conhece alguns casos. Um dos aspetos mais interessantes, a que o autor se refere abundantemente, é que havia um receio generalizado entre os escravizados de embarcarem para Portugal ou para a América. Isto não só porque temiam a viagem, mas principalmente porque acreditavam que os portugueses alimentar-se-iam dos seus corpos quando morressem, ou seja, a prática da necrofagia! As fugas podiam-se fazer também por terra nas «fazendas de concentração, onde eram depositados após o desembarque» (p. 183).

As deserções para a floresta originaram, à semelhança de Cabo Verde e da Guiné, comunidades mais ou menos organizadas que eram repelidas pelas incursões das autoridades coloniais — a designada «guerra do mato» — para a qual a Coroa portuguesa contribuía financeiramente e nobilitava os que a promoviam, principalmente os capitães. Ainda assim, a presença portuguesa não se impôs a todo o território, pelo que os angolares, um grupo de rebeldes de que não se sabe ao certo a sua proveniência, ocuparam vastas zonas do interior. São Tomé era, como salienta Caldeira, «uma ilha partida ao meio» (p. 194). Até 1878, data em que um destacamento militar mandado pelo então governador Estanislau Xavier

de Almeida submeteu formalmente os angolares, as relações entre colonos e angolares foram oscilando, tendo estes últimos admitido alguma abertura ao exterior em períodos de maior carência. Todavia, os angolares dirigiram em mais de três séculos de resistência algumas rebeliões, sendo as de 1585, 1595, 1617 e 1709 as que se melhor conhecem. A de 1595 foi, pela mobilização de escravizados (que se crê rondarem os cinco mil) e pela sua organização e forte liderança, a que mais abalou a ilha. A artilharia e a cavalaria parecem ter sido o fator de sucesso a favor dos colonos na guerra, chegando-se em todo o caso, e para que se veja o grau de gravidade da revolta, a equacionar a necessidade de um auxílio militar externo.

O oitavo capítulo, porventura o melhor da obra pela novidade que constitui e pelo nível de clareza da linguagem, sumaria a presença portuguesa na ilha de Ano Bom, explorando dessa forma as dificuldades *in loco* com que essa presença esbarrou. Se quiséssemos sintetizar o seu conteúdo, bastar-nos-ia recorrer à seguinte frase: «Embora tenha sido adotada a mesma solução político-administrativa, a colonização de Ano Bom foi mais demorada e incipiente do que em qualquer outra das ilhas atlânticas» (p. 221). Essa é a premissa a partir da qual o autor apresenta argumentos que justificam «uma colonização hesitante» (p. 222) pelos portugueses da ilha. Questões de natureza topográfica/geográfica são entendidas como limitadoras do comércio de escravizados por não haver forma de «ancorar em relativa segurança» (p. 222). A baixa fertilidade dos solos e a pluviosidade irregular dificultaram o povoamento e não atraíram a fixação de colonos. Os receios de interferência estrangeira na ilha aceleraram os esforços de colonização e o sistema de plantio de algodão foi o que a organizou económica e administrativamente. De um sistema alimentado exclusivamente pelos recursos naturais da ilha transitou-se para uma autonomização. Essa transição precisava

de ser mais bem explicada, apesar de estar implícito o argumento do autor. Desde inícios do século XVIII a finais do século XIX, isto é, mais ou menos duzentos anos, os anobonenses viveram «por completo totalmente autónomos» (p. 231). Seguem-se algumas considerações do autor em relação à própria organização política de Ano Bom nesse período, se estatal ou socialista/igualitarista. Tudo faz crer que a forma como os anobonenses se organizaram politicamente na nova «república negra» foi pautada por um baixo nível de centralização política.

Quanto ao nono capítulo, nele é desenvolvido, em primeiro lugar, a maneira como os portugueses se relacionaram com estados já estabelecidos na África centro-ocidental (Congo, Matamba e Angola/Ndongo) e, em segundo lugar, como seria de esperar, o papel que o comércio de escravizados assumiu nessas relações. Pela primeira vez, o autor distinguiu entre os escravizados vários sub-grupos (pp. 273 a 282): casados ou soltos, dos arimos (ou fazendas), de «portas adentro» (domésticos), pombeiros e os de guerra (ou arco). Apesar dessa categorização ser problemática, uma vez que algumas categorias podem integrar outras, o que impossibilita uma abordagem quantitativa, é um exercício totalmente meritório.

Do décimo capítulo — *Na costa oriental de África* — ressaltam duas ideias. A primeira é que os escravizados em Moçambique, designados genericamente por *achikunda* (ou *chicunda*), trabalhavam em *prazos*. Tratava-se de unidades territoriais para exploração agrícola que pertenciam diretamente à Coroa portuguesa delegados a um prazeiro, encarregado da sua administração, num «tipo de enfiteuse» (p. 308). O delegado assegurava a

defesa do seu *prazo*, cobrando um tributo anual para si (o *mussoko*) e pagando, por sua vez, um censo à Coroa. A segunda ideia é que a exportação de pessoas escravizadas de Moçambique até meados do século XVIII é, comparativamente à África ocidental, baixa. A essa constatação associa-se o facto (ou a imagem), repetido nos relatos portugueses, de que os escravizados tinham uma maior liberdade de atuação e eram sujeitos a formas de coerção mais brandas do que no restante império.

Por fim, no décimo primeiro capítulo, que atenta ao caso brasileiro, fez-se um levantamento global das revoltas/rebeliões ao longo da presença portuguesa no Brasil, em muitos aspetos semelhantes às já referidas. Um grande enfoque no processo de formação de *quilombos* e, em especial, o de Palmares, de que se conhece muito pouco, mas sobre o qual já se produziu vasta bibliografia. Veja-se para o efeito, entre outros, os estudos de Stuart Schwartz, Silvia Lara e Emília Viotti da Costa. Ressalta-se deste capítulo uma conclusão, que me parece muito acertada ainda que polémica, a de que os quilombolas (moradores dos *quilombos*) nunca tiveram como objetivo «a destruição do regime de escravidão e da sociedade escravocrata» (p. 351). Todavia, não sei se será extrapolável essa conclusão para todos os casos. O caso de São Tomé parece-me ser, desde logo, uma claríssima exceção (refiro-me à rebelião de 1595).

Excelente obra, felicito o Doutor Arlindo Caldeira pela sua publicação! As notas de fim, embora as preferisse em rodapé, são muito úteis. Faltou, segundo creio, um capítulo (ou secção de capítulo) para avaliar a importância (ou irrelevância) da ilha de Fernando Pó no comércio de escravizados.